

ECONOMIA E EDUCAÇÃO

A. de Lyra Tavares*

Onde quer que nos reunamos, na rotina da vida, para trocar idéias, com liberdade e franqueza, discute-se a respeito de tudo, mas o tema central é o Brasil, são os chamados problemas brasileiros, já incluídos em currículos universitários, embora nem sempre tratados com a necessária isenção, isto é, sem o engajamento e as formulações preconcebidas dos que transformam a cátedra em tribuna de pregação política.

O espírito isento, a experiência vivida e a visão de conjunto, que presidem as nossas rodas de conversa, levam-nos a encarar o Brasil na sua projeção sobre o futuro, sem a influência dos aspectos factuais e imediatistas, focalizando mais o amanhã do que o hoje, de modo a evitar as interpretações apressadas e inseguras, sob a influência do que se lê e se ouve nas fontes de informações, quase sempre discrepantes, pois cada um as escolhe a seu gosto e conforme as suas tendências.

Ninguém discute que o Brasil tem crescido muito, com a expansão das suas fronteiras econômicas, a integração e o povoamento dos seus espaços vazios e os grandes empreendimentos infra-estruturais, porém todos estão de acordo em que se estuda e se aprende menos, nos casos

em que se estuda e se aprende.

A realidade, muito triste e desoladora, além de alarmante, é que a juventude brasileira, salvo as exceções próprias da regra, muito pouco sabe, até mesmo o que há de mais elementar para o conhecimento da língua, da geografia e da história do Brasil. Isso não quer dizer que não haja notáveis professores e alunos brilhantes, na grande massa que povoa as escolas.

Trata-se de fato notório para os que convivem e conversam com os jovens nos círculos de suas relações, além de apoiá-los nos estudos.

Não pretendemos discuti-los nas suas causas nem nos grandes problemas que cumpre enfrentar, para eliminá-las, a começar pelo crescimento demográfico, do qual decorre o da educação em massa e, ao mesmo tempo, o da democratização do ensino, sobretudo nos níveis dos primeiro e segundo graus.

Cumpramos não confundir, porém, ainda mais numa nação em desenvolvimento acelerado, com tão grandes destinos a realizar, a democratização do ensino com o rebaixamento do seu nível. O desenvolvimento nacional impõe qualificações cada vez maiores aos que se preparam para disputar um mercado de trabalho que

se expande, se diversifica e se aprimora nos diversos ramos profissionais, tornando mais exigente a seleção dos valores.

Cumpra ao Estado, por isso mesmo, o dever de amparar os que não disponham de recursos para estudar, por meio de bolsas de estudo e outros favorecimentos. Mas, a ascensão nos diversos degraus de ensino há de ser feita pelo sistema de rigorosa apuração do mérito, para o objetivo de aprimorar o potencial humano da Nação, por processo que há de ser necessariamente elitista, embora sem qualquer discriminação.

Trata-se de um problema sabidamente muito complexo, para o qual a solução deverá ser conduzida com planejamento seguro e a necessária continuidade, por constituir um contra-senso desenvolver-se economicamente a Nação sem que se cuide, ao mesmo tempo, do preparo do homem, pelo qual se afere a própria medida do seu progresso, que tanto é função da economia do País quanto da cultura do povo.

Cumpra não esquecer que a elite nacional do ano dois mil está sendo hoje preparada nos ginásios e nas universidades, em cujo currículo se estudam os problemas brasileiros, o que subentende, tanto para os professores, como para os alunos, a preocupação prioritária com o conhecimento da língua, da geografia e da história do Brasil, que nasceu como armado contra a fome, a grande inimiga da democracia.

O Brasil, apesar da sua vocação e das condições excepcionais para afirmar-se como país essencialmente agrícola, está enfrentando, por motivos que não vêm ao caso analisar, o grave fenômeno do alastramento da miséria e da fome. É verdade

que, tanto a produção agrícola e pastoril, como a industrial, que dela depende, têm tido notável desenvolvimento, mas o imperativo maior a que ela obedece é a exportação, para aliviar o já muito sério desequilíbrio da nossa balança de pagamento.

A palavra de ordem é, pois, exportar tudo o que seja exportável. E isso terá que repercutir, como está repercutindo, na disponibilidade de alimentos essenciais à sobrevivência da maior parcela do povo, fazendo crescer a indigência e a miséria, que se observam, não somente nas regiões flageladas, mas nas vias públicas das grandes metrópoles.

É certo que a maior das causas desse descalabro está no desconcerto geral da economia do País, precisamente quando ele enfrenta fase decisiva para o fortalecimento da democracia. Mas, para isso, a condição primeira “seja qual for o país ou a sua doutrina política, é combater a fome, a pobreza, o desespero e o caos” (General Marshall), por levar o povo a acreditar nas promessas dos falsos profetas, dos arautos dos regimes totalitários, que o iludem com a esperança de uma vida mais feliz, mas cujo fim último é privá-lo da liberdade.

Esse era, precisamente, o drama da Alemanha do pós-guerra, com a hábil intensificação da propaganda comunista que, por muito pouco, não conseguiu predominar sobre todo o País, quando o quadro de miséria econômica gerou a miséria moral e a degradação dos costumes.

Foi, então, que o General George Marshall, como Secretário de Estado, apresentou, em Harvard (5 de março de 1947), as razões e as linhas gerais do seu famoso Plano, com o argumento, com-

provado pelos fatos, de que o comunismo se nutre na instabilidade econômica. A palavra de ordem era esta advertência: alimentar o povo para que ele creia na democracia.

Acompanhei por quatro anos e meio a obra gigantesca de reconstrução da Alemanha, convencendo-me, desde então, ser impossível a convivência da democracia com a fome. Lembro-me bem do que representou o Plano Marshall para a democratização dos alemães, na evolução dos acontecimentos que se seguiram, do bloqueio de Berlim, cujo acesso foi cortado aos habitantes do lado ocidental, causando, finalmente, a divisão da antiga e mesma Nação alemã em dois Estados, ambos reconhecidos pela ONU, um poli-

ticamente monopartidário, embora se chamasse República democrática, e o outro, multipartidário, que era a Alemanha Federal. A unificação global, há dois anos formalizada, representa, inegavelmente, o fortalecimento e a ampliação de suas conquistas nos planos econômico e democrático, não obstante as dificuldades iniciais de sua implantação.

Daquelles tempos da redemocratização da Alemanha Ocidental, ainda recordo a confiança do famoso médico, Prof. Robert MÜNKEN, por sinal um grande amigo do Brasil: "Para todos nós, intelectuais, políticos, cientistas e o povo em geral, o que mais nos preocupa é o problema de comer amanhã. A política vem depois. E ela veio, com o Plano Marshall".

* General-de-Exército
Ex-ministro do Exército
Membro da Academia Brasileira de Letras